



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

PROCESSO: 0009140-28.2003.4.01.3900 PROCESSO REFERÊNCIA: 0009140-28.2003.4.01.3900  
CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198)  
POLO ATIVO: UNIÃO FEDERAL  
POLO PASSIVO: ----- e outros  
REPRESENTANTE(S) POLO PASSIVO: -----  
RELATOR(A): NEWTON PEREIRA RAMOS NETO



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Gab. 32 - DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON RAMOS

**APELAÇÃO CÍVEL (198) 0009140-28.2003.4.01.3900 APELANTE: UNIÃO FEDERAL**  
**APELADO: -----, -----, -----**

## RELATÓRIO

**O Exmo. Sr. Desembargador Federal NEWTON RAMOS**  
**(Relator):**

Trata-se de recurso de apelação interposto pela **UNIÃO FEDERAL** contra sentença que julgou procedente o pedido de candidatos ao cargo de Escrivão da Polícia Federal para que pudessem optar pela lotação de sua preferência antes de serem disponibilizadas vagas a novos formandos do curso de formação.

Em síntese, a parte apelante alega que a sentença violou o princípio da legalidade ao desconsiderar as disposições editalícias, que garantiam à Administração a prerrogativa de determinar a lotação dos candidatos conforme suas necessidades e conveniência.

Nesse sentido, sustenta que a discricionariedade administrativa deve

prevalecer, visto que o provimento das vagas é pautado no interesse público, e que a Administração agiu dentro dos limites da lei ao priorizar a distribuição dos candidatos conforme suas reais necessidades de pessoal, aduzindo, ainda, que a previsão de vagas não confere direito adquirido aos candidatos de escolherem sua lotação, tratando-se de mera expectativa.

Apresentadas contrarrazões pugnando pela manutenção da sentença.

O MPF não se manifestou nestes autos.

É o relatório.

**Desembargador Federal NEWTON RAMOS**

Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Gab. 32 - DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON RAMOS

---

**APELAÇÃO CÍVEL (198) 0009140-28.2003.4.01.3900 APELANTE: UNIÃO FEDERAL**

**APELADO: -----, -----, -----**

---

## **VOTO**

**O Exmo. Sr. Desembargador Federal NEWTON RAMOS**  
**(Relator):**

A controvérsia dos autos cinge-se ao direito de candidatos aprovados em concurso público de escolherem a lotação de sua preferência antes de serem disponibilizadas vagas a novos formandos do curso de formação.

Inicialmente, saliento que, conforme o entendimento majoritário e consolidado dos tribunais superiores, a Administração Pública tem o dever de observar a ordem de classificação dos candidatos em concursos públicos,

especialmente quando essa ordem impacta diretamente os direitos dos candidatos, em razão da isonomia e da impessoalidade administrativa.

A jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em consonância com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), reconhece que o fracionamento do curso de formação pela Administração não deve interferir no direito de precedência dos melhores classificados na escolha da lotação, conforme garantido pelo edital e pelo art. 37, IV, da CF.

Ademais, o Decreto-Lei nº 2.320/1987, que rege o ingresso nas carreiras policiais federais, bem como a Medida Provisória nº 2.184-23/2001, dispõe que a nomeação e a escolha de lotação devem seguir rigorosamente a ordem de classificação obtida na fase inicial do concurso, demonstrando a prioridade do critério meritório, em detrimento de conveniências administrativas.

Assim, resta claro que o direito de precedência na escolha das vagas de lotação é inerente à ordem de classificação dos candidatos no certame, e não limitado ao grupo de formandos de cada turma de curso.

Portanto, a alegação da União de que o fracionamento do curso de formação inviabiliza a reoferta das vagas para os candidatos das turmas anteriores é insubsistente. O edital e as normas supracitadas resguardam o direito de escolha prioritária aos mais bem classificados, sendo dever da Administração garantir o cumprimento desses critérios, ainda que implique ajustes na alocação de vagas conforme surgimento de novas turmas e vagas.

Desse modo, encontra-se a sentença recorrida em consonância com a jurisprudência consolidada em precedentes qualificados e com o direito aplicável à situação posta, de modo que o pronunciamento judicial de origem não merece reforma.

Com tais razões, **voto por negar provimento à apelação.**

Publicada a sentença na vigência do CPC/1973, incabível a fixação de honorários recursais.

Desembargador Federal **NEWTON RAMOS**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Gab. 32 - DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON RAMOS

**APELAÇÃO CÍVEL (198) 0009140-28.2003.4.01.3900 APELANTE: UNIÃO FEDERAL**

**APELADO: -----, -----, -----**

**EMENTA**

**APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO DE ESCOLHA DE LOTAÇÃO. ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO. FRACIONAMENTO DO CURSO DE FORMAÇÃO. DIREITO DE PRECEDÊNCIA. APELAÇÃO DESPROVIDA.**

1. Nos termos da jurisprudência do TRF1 e do STJ, o fracionamento do curso de formação pela Administração não pode prejudicar o direito de precedência dos melhores classificados na escolha da lotação, em conformidade com o edital e o art. 37, IV, da CF.
2. O Decreto-Lei nº 2.320/1987 e a MP nº 2.184-23/2001 garantem que a nomeação e a escolha de lotação nas carreiras policiais federais sigam a ordem de classificação obtida no concurso, privilegiando o mérito dos candidatos sobre conveniências administrativas.
3. O direito de precedência na escolha de vagas é inerente à ordem de classificação dos candidatos, não sendo restrito ao grupo de formandos de cada turma.
4. Apelação desprovida.

**ACÓRDÃO**

Decide a 11ª Turma, por unanimidade, **negar provimento à apelação**, nos termos do voto do Relator.

Brasília/DF.

# Desembargador Federal **NEWTON RAMOS**

## Relator

Assinado eletronicamente por: NEWTON PEREIRA RAMOS NETO

04/12/2024 14:38:36 <https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ID do documento: 2174511417



24120414383600000000

IMPRIMIR

GERAR PDF